

Sumário

Introdução	1
1. Estado e Forma Política: a Experiência Europeia.....	3
1.1. Forma social capitalista	4
1.2. Forma política capitalista	17
1.3. Forma jurídica capitalista	21
1.3.1. A tradicional teoria do Estado e do Direito e o pensamento de Hans Kelsen	21
1.3.2. A categoria sujeito de direitos.....	25
2. Estado e Forma Política: o Contexto Brasileiro	33
2.1. Acumulação primitiva e escravagismo no Brasil-colônia.....	33
2.2. O conceito de ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado.....	38
2.3. Ainda sobre o escravagismo no Brasil-colônia.....	41
2.4. O Direito e a estabilização das relações de dominação	46
3. Antecedentes do Menorismo: a Percepção da Criança e de seu Controle Social	53
3.1. Infância: do anonimato ao centralismo familiar.....	54
3.2. A escola enquanto AIE infantil por excelência.....	57
3.3. Economia das penas e o pensamento positivista criminológico...65	
3.4. Contexto brasileiro	76

4. O Direito dos Menores	81
4.1. Movimento dos reformadores e comoção internacional pela salvação da infância	82
4.2. Prender para proteger? A ideologia protecionista-penal do correccionalismo espanhol	90
4.3. Bastidores políticos no Brasil	95
4.4. Códigos de Menores	100
4.4.1. Código de Menores de Mello Mattos (1927)	101
4.4.1.1. O menor abandonado	108
4.4.1.2. O menor delinquente	110
4.4.1.3. Consequências jurídico-sociais	113
4.4.2. SAM e FUNABEM	119
4.4.3. Código de Menores da Ditadura Civil-Militar (1979)	126
4.4.3.1. Pano de fundo	126
4.4.3.2. Legislação, aplicação e impacto social	130
5. Doutrina da Proteção Integral – Rompimento de Paradigma?	139
5.1. A (não)história da doutrina da proteção integral no Brasil	142
5.1.1. Causalidade mágica dos órfãos da História: a evolução normativa internacional e a consequente alteração normativa brasileira	142
5.1.2. Desvelando a causalidade mágica: evolução histórica dos direitos humanos e interesses político-econômicos subjacentes na primeira metade do século XX	144
5.1.3. Superação internacional da doutrina salvacionista/ correccionalista e a sobrevivência do menorismo no Brasil na segunda metade do século XX	151

5.1.4. Redemocratização e Assembleia Constituinte Nacional: o nascimento da doutrina da proteção integral e o Estatuto da Criança e do Adolescente	156
5.2. Mudou-se a doutrina, mas e agora? Uma crítica à ideologia da proteção integral	162
5.3. Doutrina da proteção integral à prova: análise do princípio do superior/melhor interesse da criança no STJ em demandas de abrigo e destituição do poder familiar.....	170
5.4. Acolhimentos institucionais: uma análise à luz dos dados oficiais...	180
5.4.1. Serviços de acolhimento de crianças e adolescentes.....	180
5.4.2. Raça, sexo e idade	182
5.4.3. Motivos para os acolhimentos e as “negligências”	183
5.4.3.1. Situação de rua e uso de entorpecentes.....	188
5.4.4. O princípio da matricialidade sociofamiliar	189
5.5. Acolhidos e pretendentes à adoção: por que a conta não fecha?....	192
Conclusão	203
Referências.....	207